

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E
AGRICULTURA FAMILIAR**



Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas

1º Trimestre de 2024



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E DA AGRICULTURA FAMILIAR
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO GERAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO, FINANÇAS E
CONTABILIDADE
COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE

RELATÓRIO CONTÁBIL
1º TRIMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2024

Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas às
Demonstrações Contábeis do Ministério do
Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar
(Órgão Superior 49000), relativas ao 1º Trimestre
do Exercício de 2024.

Brasília - DF, 30 de abril de 2024

**MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E
AGRICULTURA FAMILIAR**

Luiz Paulo Teixeira Ferreira

SECRETÁRIA EXECUTIVA

Fernanda Machiaveli

**SUBSECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E
ADMINISTRAÇÃO**

Diego Donizetti Gonçalves Machado

**COORDENADORA GERAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO,
FINANÇAS E CONTABILIDADE - SUBSTITUTA**

Giselle Aranha Farias

COORDENADOR DE CONTABILIDADE

Emerson Costa Nogueira Sousa

CONTEXTO OPERACIONAL

O Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), é órgão da administração pública federal direta, criado pela Medida Provisória 1.154, de 01 de janeiro de 2023, e tem como áreas de competência:

- ✓ Reforma agrária, regularização fundiária em áreas rurais da União e do Incra;
- ✓ Acesso à terra e ao território por comunidades tradicionais;
- ✓ Cadastros de imóveis rurais e governança fundiária;
- ✓ Identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação de terras de comunidades quilombolas;
- ✓ Desenvolvimento rural sustentável voltado à agricultura familiar, aos quilombolas e a outros povos e comunidades tradicionais;
- ✓ Política agrícola para a agricultura familiar, abrangendo produção, crédito, seguro, fomento e inclusão produtiva, armazenagem, apoio à comercialização e abastecimento alimentar;
- ✓ Sistemas agroalimentares em territórios rurais e urbanos, agricultura urbana e Peri urbana;
- ✓ Cadastro nacional da agricultura familiar;
- ✓ Cooperativismo, associativismo rural e sistemas agroindustriais da agricultura familiar;
- ✓ Energização rural e energias renováveis destinadas à agricultura familiar;
- ✓ Assistência técnica e extensão rural voltadas à agricultura familiar;
- ✓ Infraestrutura hídrica para produção e sistemas agrícolas e pecuários adaptadas à agricultura familiar, observadas as competências do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional;
- ✓ Conservação e manejo dos recursos naturais vinculados à agricultura familiar;
- ✓ Pesquisa e inovação relacionadas à agricultura familiar;

- ✓ Cooperativismo e associativismo rural da agricultura familiar;
- ✓ Biodiversidade, conservação, proteção e uso de patrimônio genético de interesse da agricultura familiar;
- ✓ Educação do campo;
- ✓ Políticas de fomento e etnodesenvolvimento no âmbito da agricultura familiar e de povos e comunidades tradicionais;
- ✓ Sistemas locais de abastecimento alimentar, compras públicas de produtos e alimentos da agricultura familiar;
- ✓ Comercialização, abastecimento, armazenagem e garantia de preços mínimos;
- ✓ Estoques reguladores e estratégicos de produtos agropecuários; e
- ✓ Produção e divulgação de informações dos sistemas agrícolas e pecuários, incluídos produtos da sociobiodiversidade.

Integram a estrutura básica do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, além das unidades de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, quatro secretarias, três órgãos colegiados, quatro entidades vinculadas:

1) órgãos específicos singulares:

- a) Secretaria de Agricultura Familiar e Agroecologia;
- b) Secretaria de Governança Fundiária, Desenvolvimento Territorial e Socioambiental;
- c) Secretaria de Abastecimento, Cooperativismo e Soberania Alimentar; e
- d) Secretaria de Territórios e Sistemas Produtivos Quilombolas e Tradicionais.

2) Órgãos colegiados:

- a) Comitê Gestor do Garantia-Safra;
- b) Comitê Gestor do Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar - PGPAF; e
- c) Câmara Técnica de Destinação e Regularização Fundiária de Terras Públicas Federais Rurais;

3) Entidades vinculadas:

- a) Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra (autarquia);
- b) Companhia Nacional de Abastecimento – Conab (empresa pública);
- c) Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo – CEAGESP (empresa pública);
- d) Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A. - Ceasa Minas (sociedade de economia mista)

BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis do MDA foram elaboradas observando o disposto na Lei nº 4.320/1964, no Decreto-Lei nº 200/1967, no Decreto nº 93.872/1986, na Lei nº 10.180/2001 e na Lei Complementar nº 101/2000.; abrangendo, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI.

As Demonstrações Contábeis têm a sua elaboração a partir das informações extraídas do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), as quais consolidam as contas do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar e de suas entidades vinculadas no âmbito da administração direta e indireta (Órgão Superior 49000, no SIAFI, Órgãos Vinculados 22201 – INCRA, 22211 – CONAB, 49000 – MDA, 49001 – Fundo de Terras).

Este Relatório Contábil do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar contém as seguintes Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/1964, complementadas pelas notas explicativas referentes aos seus itens mais relevantes:

- Balanço Patrimonial – BP;
- Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP;
- Balanço Orçamentário – BO;
- Balanço Financeiro – BF;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL; e
- Notas Explicativas – NEs.

RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da União, tendo em consideração as opções e premissas do MCASP e do Manual SIAFI:

Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras – a moeda funcional da União é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis. A única exceção se refere aos saldos iniciais de Caixa e Equivalentes de Caixa, no Balanço Financeiro – BF e na Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC, que utilizam a taxa vigente no dia 31 de dezembro do exercício anterior.

Caixa e equivalentes de caixa – incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

Créditos a curto prazo – compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: créditos tributários, créditos não tributários, dívida ativa, transferências concedidas, empréstimos e financiamentos concedidos, adiantamentos e valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros. É constituído também ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

No INCRA a conta de CRÉDITOS A RECEBER – Regularização é decorrente de títulos emitidos pela União no processo de regularização fundiária de terras situadas em áreas da União, inclusive as terras objeto de desapropriação e as terras situadas no âmbito da Amazônia Legal. Os empréstimos e financiamentos a receber são constituídos de valores a receber de Beneficiários da Reforma Agrária, e no FUNDO DE TERRAS há Empréstimos e Financiamentos a Conceder pelos Agentes Financeiros, conforme disposição do Art. 15 do Decreto nº 4892/03 em que a administração do Fundo somente efetua lançamentos a débito oriundos de capitalização do FTRA – relativo a rendimentos da aplicação financeira do BNDES.

No que diz respeito aos programas de empréstimos concedidos, o Programa Nacional de Crédito Fundiário, por meio do Terra Brasil, tem por objetivo de promover a compra de terra de trabalhadores rurais, além de servir como instrumento de investimento em infraestrutura, contratação de assistência técnica e extensão rural, estruturação de projetos produtivos. Cabe destacar, nesse programa, a disponibilidade de três linhas de crédito:

1. PNCF Social - estejam inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal na qualidade de beneficiário direto ou membro de família cadastrada, com renda bruta anual de até R\$ 26.340,11 (vinte e seis mil, trezentos e quarenta reais e onze centavos) e patrimônio de até R\$ 70.000,00 (setenta mil reais).
2. PNCF Jovem - detenham renda bruta anual de até R\$ 52.680,23 (cinquenta e dois mil seiscentos e oitenta reais e vinte e três centavos) e patrimônio de até R\$ 140.000,00

- (cento e quarenta mil reais) para jovens com idade superior a 18 (dezoito) anos e inferior a 30 (trinta) anos.
3. PNCF Mais - detenham renda bruta anual de até R\$ 52.680,23 (cinquenta e dois mil seiscentos e oitenta reais e vinte e três centavos) e patrimônio de até R\$140.000,00 (cento e quarenta mil reais).
 4. PNCF Empreendedor - detenham renda bruta anual superior a R\$ 52.680,23 (cinquenta e dois mil seiscentos e oitenta reais e vinte e três centavos) até 284.473,17 (duzentos e oitenta e quatro mil quatrocentos e setenta e três reais e dezessete centavos) e patrimônio de até R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

É importante ressaltar que para todas essas linhas de crédito disponibilizadas, tanto a renda anual quanto o teto do financiamento são de R\$174.289,41, atualizados anualmente pelo índice nacional de preços ao consumidor amplo (IPCA). Além disso, as linhas de crédito mencionadas possuem dois componentes: o subprojeto de aquisição de terras – SAT, para financiamento para a aquisição de imóvel rural amparado com recursos reembolsáveis do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, repassados por meio de contrato de financiamento; e o subprojeto de investimentos básicos – SIB, para projetos de infraestrutura básica e produtiva implementada pelos trabalhadores rurais beneficiários com recursos reembolsáveis do Fundo de Terras, incluído no contrato de financiamento de SAT.

Estoques – Compreendem as mercadorias para revenda (dentre elas, os estoques reguladores da União), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

No âmbito do MDA, a CONAB possui os maiores saldos desse grupo de ativos, em contas de Estoque de Mercadorias em Armazéns de Terceiros e Estoques Públicos.

Ativo realizável a longo prazo – Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: créditos tributários, créditos não tributários, dívida ativa, empréstimos e financiamentos concedidos, investimentos temporários e estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações. A exceção se refere aos estoques, que são avaliados e mensurados da seguinte forma: nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção e nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

Investimentos – São compostos por: participações permanentes, propriedades para investimento e demais investimentos.

As participações permanentes representam os investimentos realizados em empresas, consórcios públicos e fundos realizados pela União. Quando há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Quando não há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método de custo, sendo reconhecidas as perdas prováveis apuradas em avaliações periódicas. As propriedades para investimento compreendem os bens imóveis mantidos com fins de renda e/ou ganho de capital, que não são usados nas operações e que não serão vendidos em curto prazo.

As entidades que compõem a União têm utilizado dois critérios para mensuração e avaliação desses bens: valor justo e custo depreciado.

Imobilizado – é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado, desde que, tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Intangível – Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Depreciação, amortização e exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens móveis – A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes. Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e a dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet – A Portaria Conjunta STN/SPU nº 703/2014, dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O

sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrado no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no SIAFI.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da cessão, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação, o cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

$Kd = (n^2 - x^2) / n^2$, onde:

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da acessão

x = vida útil transcorrida da acessão

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

Reavaliação, redução ao valor recuperável – a base de mensuração utilizada: valor justo (mercado), custo de reposição, informar os procedimentos contábeis e metodologia utilizada para reconhecimento da valorização ou da perda por meio dos testes de recuperabilidade.

Passivos circulantes e não circulantes – as obrigações da União são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais, empréstimos e financiamentos, fornecedores e contas a pagar, obrigações fiscais, obrigações de repartições a outros entes, provisões e demais obrigações.

A conta “Precatório de terceiros”, no INCRA, registra as obrigações referente a precatórios, exceto precatórios de pessoal, de benefícios e de fornecedores de bens, materiais, serviços e utilidades.

Provisões – As provisões estão segregadas em seis categorias: riscos trabalhistas, riscos fiscais, riscos cíveis, repartição de créditos tributários, provisões matemáticas, e outras.

As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável, e é possível a estimação confiável do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis.

As provisões referentes às ações judiciais, nas quais a União figura diretamente no polo passivo, estão de acordo com a Portaria AGU nº 40, de 10 de fevereiro de 2015. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis da União estão registradas nas provisões a longo prazo.

No MDA, as Provisões de Longo Prazo dividem-se em:

- a) Provisão para Indenizações Trabalhistas (curto e longo prazo) na CONAB;
- b) Provisões Matemáticas a Longo Prazo na CONAB;
- c) Provisões para Riscos Fiscais a Longo Prazo na CONAB; e
- d) Provisões para Riscos Cíveis a Longo Prazo na CONAB.

Apuração do Resultado – Nas demonstrações contábeis são apurados os seguintes resultados:

a) Patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

b) Orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

c) Financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União.

No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1. Balanço Financeiro

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2024	2023	ESPECIFICAÇÃO	2024	2023
Receitas Orçamentárias	782.141.399,10	764.894.518,49	Despesas Orçamentárias	2.036.538.247,69	1.662.698.405,39
Ordinárias	167.705.284,34	154.321.723,76	Ordinárias	1.257.420.070,65	440.296.070,29
Vinculadas	551.052.704,46	550.767.263,82	Vinculadas	779.118.177,04	1.222.402.335,10
Seguridade Social (Exceto Previdência)	12.132,75	-	Seguridade Social (Exceto Previdência)	915.871,08	50.835,21
Previdência Social (RPPS)	-	-	Previdência Social (RPPS)	156.374.820,00	689.327.989,74
Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	551.040.571,71	545.615.877,70	Dívida Pública	-	93.790,00
Recursos Não Classificados	-	5.151.386,12	Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	621.827.485,96	532.929.720,15
(-) Deduções da Receita Orçamentária	63.383.410,30	59.805.530,91			
Transferências Financeiras Recebidas	3.827.696.188,78	2.300.351.578,92	Transferências Financeiras Concedidas	3.441.973.920,02	2.231.438.896,91
Resultantes da Execução Orçamentária	2.023.484.467,60	1.651.066.351,68	Resultantes da Execução Orçamentária	1.420.336.635,42	1.093.192.114,84
Cota Recebida	606.287.567,59	544.560.521,32	Repasse Concedido	589.159.265,23	540.876.243,41
Repasse Recebido	586.019.529,82	554.189.958,93	Sub-repasse Concedido	831.177.370,19	552.315.871,43
Sub-repasse Recebido	831.177.370,19	552.315.871,43	Independentes da Execução Orçamentária	2.021.637.284,60	1.138.246.782,07
Independentes da Execução Orçamentária	1.804.211.721,18	649.285.227,24	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	499.364.872,15	89.466.329,99
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	933.086.114,04	235.157.725,07	Demais Transferências Concedidas	361.283.131,25	228.937.230,20
Demais Transferências Recebidas	361.296.802,38	228.937.863,75	Movimento de Saldos Patrimoniais	1.160.989.281,20	819.843.221,88
Movimentação de Saldos Patrimoniais	509.828.804,76	183.852.152,74	Aporte ao RPPS	-	-
Movimentações para Incorporação de Saldos	-	1.337.485,68	Aporte ao RGPS	-	-
Aporte ao RPPS	-	-			
Aporte ao RGPS	-	-			
Recebimentos Extraorçamentários	1.561.785.551,66	1.232.017.304,19	Pagamentos Extraorçamentários	673.348.017,84	285.064.366,38
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	197.589.691,17	129.184.341,28	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	206.650.184,78	168.021.994,52
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	1.344.411.355,54	1.077.271.184,81	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	348.291.275,20	111.928.990,09
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	11.402.907,52	7.519.315,12	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	5.678.772,14	5.111.758,97
Outros Recebimentos Extraorçamentários	8.381.597,43	18.042.462,98	Outros Pagamentos Extraorçamentários	112.727.785,72	1.622,80
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	123.213,11	99.159,30	Pagamento de Passivos Recebidos	600.382,57	-
Restituições a Pagar	-	5.850,00	Valores Compensados	4.286,81	1.622,80
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	2.755,90	-	Demais Pagamentos	112.123.116,34	-
Arrecadação de Outra Unidade	8.255.628,42	14.569.665,60			
Demais Recebimentos	-	3.367.788,08			
Saldo do Exercício Anterior	3.546.113.097,98	3.516.836.795,06	Saldo para o Exercício Seguinte	3.565.876.051,97	3.634.898.527,98
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.546.113.097,98	3.516.836.795,06	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.565.876.051,97	3.634.898.527,98
TOTAL	9.717.736.237,52	7.814.100.196,66	TOTAL	9.717.736.237,52	7.814.100.196,66

2. Balanço Patrimonial

ATIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2024	2023
ATIVO CIRCULANTE	8.086.347.884,29	7.757.747.275,13
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.565.876.051,97	3.546.113.097,98
Créditos a Curto Prazo	4.135.649.267,60	3.807.022.099,29
Clientes	5.630.238,94	6.250.458,03
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	2.178.353.486,53	2.126.050.482,58
Demais Créditos e Valores	1.954.515.280,02	1.677.615.714,63
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Curto Prazo	-2.849.737,89	-2.894.555,95
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-
Estoques	382.451.687,89	404.610.084,73
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	2.370.876,83	1.993,13
ATIVO NÃO CIRCULANTE	778.531.337.118,83	777.082.230.544,34
Ativo Realizável a Longo Prazo	17.272.381.497,57	17.173.158.961,00
Créditos a Longo Prazo	17.272.381.429,83	17.173.158.893,26
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	8.220.174.921,18	8.144.011.357,66
Dívida Ativa Não Tributária	138.870.250,67	138.870.250,67
Demais Créditos e Valores	8.913.336.257,98	8.890.277.284,93
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	67,74	67,74
Estoques	-	-
Investimentos	6.294.691,42	6.294.692,18
Participações Permanentes	4.298.208,46	4.298.209,22
Participações Avaliadas p/Método da Equivalência Patrimonial	3.369,46	3.370,22
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	14.757.487,66	14.757.487,66
(-) Red. ao Valor Recuperável de Participações Permanentes	-10.462.648,66	-10.462.648,66
Propriedades para Investimento	1.995.321,48	1.995.321,48
Propriedades para Investimento	2.849.856,93	2.849.856,93
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-854.535,45	-854.535,45
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-
Demais Investimentos Permanentes	1.161,48	1.161,48
Demais Investimentos Permanentes	1.161,48	1.161,48
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-
Imobilizado	761.213.523.668,31	759.865.046.158,97
Bens Móveis	275.114.597,43	272.156.262,21
Bens Móveis	534.634.818,06	528.683.101,12
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-255.982.564,08	-252.989.182,36
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-3.537.656,55	-3.537.656,55
Bens Imóveis	760.938.409.070,88	759.592.889.896,76
Bens Imóveis	761.200.086.639,79	759.852.847.655,27
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-261.677.568,91	-259.957.758,51
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-
Intangível	39.137.261,53	37.730.732,19
Softwares	38.367.686,38	36.961.157,04
Softwares	41.478.469,13	40.069.285,93
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-3.110.782,75	-3.108.128,89

(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	490.506,40	490.506,40
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	490.706,40	490.706,40
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-200,00	-200,00
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-
Direitos de Uso de Imóveis	279.068,75	279.068,75
Direitos de Uso de Imóveis	279.068,75	279.068,75
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-
Patrimônio Cultural	-	-
Patrimônio Cultural	-	-
(-) Amortização Acumulada de Patrimônio Cultural	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Patrimônio Cultural	-	-
Diferido	-	-
TOTAL DO ATIVO	786.617.685.003,12	784.839.977.819,47

PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2024	2023
PASSIVO CIRCULANTE	2.208.843.960,31	1.993.651.323,56
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	241.328.978,02	268.347.220,36
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	96.898.142,50	66.426.510,12
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	7.551.505,40	1.258.966,23
Transferências Fiscais a Curto Prazo	54.231.995,74	39.264.069,69
Provisões a Curto Prazo	137.721.832,64	119.875.796,96
Demais Obrigações a Curto Prazo	1.671.111.506,01	1.498.478.760,20
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	1.026.494.084,31	1.019.106.526,53
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	-	-
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Transferências Fiscais a Longo Prazo	-	-
Provisões a Longo Prazo	84.741.009,46	102.002.821,78
Demais Obrigações a Longo Prazo	941.753.074,85	917.103.704,75
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	3.235.338.044,62	3.012.757.850,09
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
Patrimônio Social e Capital Social	302.801.001,74	302.801.001,74
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
Reservas de Capital	7.626,91	7.626,91
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Reservas de Lucros	13.656.525,98	13.656.525,98
Demais Reservas	557.052.469.898,14	555.772.909.482,12
Resultados Acumulados	226.013.411.905,73	225.737.845.332,63
Resultado do Exercício	233.224.006,43	-15.992.095.952,61
Resultados de Exercícios Anteriores	225.737.845.332,63	243.457.601.919,19
Ajustes de Exercícios Anteriores	42.342.566,67	-1.727.660.633,95
(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	783.382.346.958,50	781.827.219.969,38
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	786.617.685.003,12	784.839.977.819,47

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO		PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2023	ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
ATIVO FINANCEIRO	3.817.069.022,35	PASSIVO FINANCEIRO	2.880.747.495,84	1.906.601.694,63
ATIVO PERMANENTE	781.022.908.797,12	PASSIVO PERMANENTE	2.882.995.575,55	2.729.758.208,47
SALDO PATRIMONIAL			780.853.941.931,73	780.203.617.916,37

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO	PASSIVO				
ESPECIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO				
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos	ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos				
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	2024	2023	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	2024	2023
Atos Potenciais Ativos	1.020.824.323,06	1.048.755.087,30	Atos Potenciais Passivos	3.565.831.118,16	3.539.168.247,31
Garantias e Contragarantias Recebidas	73.136.746,31	71.987.066,37	Garantias e Contragarantias Concedidas	7.178,66	7.178,66
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	944.995.043,36	974.108.804,13	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	1.501.962.528,81	1.513.518.907,33
Direitos Contratuais	2.692.533,39	2.659.216,80	Obrigações Contratuais	2.063.861.410,69	2.025.642.161,32
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL	TOTAL				

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-1.607.052.226,87
Recursos Vinculados	2.534.945.864,64
Seguridade Social (Exceto Previdência)	-11.504.110,12
Previdência Social (RPPS)	-125.299.284,10
Dívida Pública	-132.412.306,90
Fundos, Órgãos e Programas	2.676.842.470,05
Recursos Extraorçamentários	127.319.095,71
TOTAL	927.893.637,77

3. Demonstração das Variações Patrimoniais

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2024	2023
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	5.500.087.338,96	4.715.456.783,22
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	8.215.415,30	10.715.765,92
Impostos	-	-
Taxas	8.215.415,30	10.715.765,92
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	628.458.230,12	592.169.339,03
Contribuições Sociais	6.064.418,92	9.914.366,40
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	622.393.811,20	582.254.972,63
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	37.384.257,67	26.105.028,28
Venda de Mercadorias	25.106.761,84	21.671.343,16
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	12.277.495,83	4.433.685,12
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	77.964.673,00	83.731.097,21
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	4.636.094,25	5.716.796,90
Juros e Encargos de Mora	20.649.690,38	21.557.999,81
Variações Monetárias e Cambiais	13.121.038,89	15.997.771,67
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	39.557.849,48	40.456.157,00
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	2.371,83
Transferências e Delegações Recebidas	4.081.915.603,74	2.908.270.022,80
Transferências Intragovernamentais	3.941.427.046,55	2.665.706.889,35
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	140.488.557,19	242.563.133,45
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	591.699.452,42	1.016.818.483,01
Reavaliação de Ativos	-	736.806.043,74
Ganhos com Alienação	21.784.994,45	108.640,00
Ganhos com Incorporação de Ativos	169.461.790,05	78.330.397,32
Ganhos com Desincorporação de Passivos	400.452.667,92	201.573.401,95
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	74.449.706,71	77.647.046,97
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-528,74	33.334.369,50
Resultado Positivo de Participações	5,64	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Subvenções Econômicas	14.923.742,66	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	14.835.959,84	6.555.768,11
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	44.690.527,31	37.756.909,36
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	5.266.863.332,53	3.704.938.802,67
Pessoal e Encargos	391.387.751,87	322.397.305,65
Remuneração a Pessoal	272.635.983,79	222.388.613,32
Encargos Patronais	106.656.954,79	90.342.729,35
Benefícios a Pessoal	10.973.892,03	8.041.593,82
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	1.120.921,26	1.624.369,16
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	193.731.240,09	181.494.558,28
Aposentadorias e Reformas	126.087.190,24	117.386.110,26
Pensões	62.684.616,64	59.503.252,86
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	4.959.433,21	4.605.195,16
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	118.627.040,16	116.860.167,47

Uso de Material de Consumo	3.028.431,31	2.202.815,12
Serviços	111.336.766,47	108.770.681,12
Depreciação, Amortização e Exaustão	4.261.842,38	5.886.671,23
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	58.229,73	466.490,25
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	50.170,36	26.995,65
Variações Monetárias e Cambiais	-	439.317,60
Descontos Financeiros Concedidos	8.059,37	177,00
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	3.717.406.087,11	2.639.535.390,79
Transferências Intragovernamentais	3.555.703.315,79	2.608.480.169,44
Transferências Intergovernamentais	39.492.081,16	10.109.156,96
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	122.210.690,16	20.946.064,39
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	783.970.172,50	381.822.974,05
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	8.320.083,47	40.544.701,73
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	3.924.837,95	95.097,50
Incorporação de Passivos	572.239.029,62	282.634.845,35
Desincorporação de Ativos	199.486.221,46	58.548.329,47
Tributárias	12.935.863,01	14.248.073,51
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	11.203.332,25	11.863.287,23
Contribuições	1.732.530,76	2.384.786,28
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	33.292.861,44	38.993.655,56
Custo das Mercadorias Vendidas	33.292.861,44	38.993.655,56
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	15.454.086,62	9.120.187,11
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	14.900.663,30	3.384.004,88
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	5.419.725,99
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	553.423,32	316.456,24
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	233.224.006,43	1.010.517.980,55

4. Balanço Orçamentário

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	2.285.917.387,00	2.285.917.387,00	748.912.587,08	-1.537.004.799,92
Receitas Tributárias	60.676.319,00	60.676.319,00	5.751.091,60	-54.925.227,40
Impostos	-	-	-	-
Taxas	60.676.319,00	60.676.319,00	5.751.091,60	-54.925.227,40
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	1.591.107.946,00	1.591.107.946,00	634.531.813,37	-956.576.132,63
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	1.591.107.946,00	1.591.107.946,00	634.531.813,37	-956.576.132,63
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	169.488.773,00	169.488.773,00	41.487.664,50	-128.001.108,50
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	10.866.953,00	10.866.953,00	2.352.023,55	-8.514.929,45
Valores Mobiliários	158.621.820,00	158.621.820,00	39.135.640,95	-119.486.179,05
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	52.724.435,00	52.724.435,00	19.304.084,98	-33.420.350,02
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	30.198.569,00	30.198.569,00	14.667.990,73	-15.530.578,27
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	22.525.866,00	22.525.866,00	4.636.094,25	-17.889.771,75
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	411.919.914,00	411.919.914,00	47.837.932,63	-364.081.981,37

Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	1.874.438,00	1.874.438,00	1.106.771,86	-767.666,14
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	30.022.172,00	30.022.172,00	-781.964,98	-30.804.136,98
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	-	-	271.937,02	271.937,02
Demais Receitas Correntes	380.023.304,00	380.023.304,00	47.241.188,73	-332.782.115,27
RECEITAS DE CAPITAL	345.413.902,00	345.413.902,00	33.228.812,02	-312.185.089,98
Operações de Crédito	152.544.107,00	152.544.107,00	-	-152.544.107,00
Operações de Crédito Internas	130.544.107,00	130.544.107,00	-	-130.544.107,00
Operações de Crédito Externas	22.000.000,00	22.000.000,00	-	-22.000.000,00
Alienação de Bens	135.216.896,00	135.216.896,00	17.709.944,50	-117.506.951,50
Alienação de Bens Móveis	117.001,00	117.001,00	-	-117.001,00
Alienação de Bens Imóveis	135.099.895,00	135.099.895,00	17.709.944,50	-117.389.950,50
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	57.652.899,00	57.652.899,00	15.518.867,52	-42.134.031,48
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	2.631.331.289,00	2.631.331.289,00	782.141.399,10	-1.849.189.889,90
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	2.631.331.289,00	2.631.331.289,00	782.141.399,10	-1.849.189.889,90
DEFICIT			1.254.396.848,59	1.254.396.848,59

TOTAL	2.631.331.289,00	2.631.331.289,00	2.036.538.247,69	-594.793.041,31	
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	-	-17.964.067,00	-	17.964.067,00	
Superavit Financeiro	-	20.000.000,00	-	-	
Excesso de Arrecadação	-	-	-	-	
Créditos Cancelados	-	-37.964.067,00	-	-	
DESPESA					
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
DESPESAS CORRENTES	3.804.978.416,00	3.782.016.000,00	1.917.856.549,75	660.974.073,71	463.390.709,27
Pessoal e Encargos Sociais	2.218.006.361,00	2.218.006.361,00	1.683.808.835,80	544.114.127,46	370.365.210,60
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	1.586.972.055,00	1.564.009.639,00	234.047.713,95	116.859.946,25	93.025.498,67
DESPESAS DE CAPITAL	799.186.364,00	804.184.713,00	118.681.697,94	31.152.818,44	31.146.491,71
Investimentos	416.330.131,00	421.330.131,00	3.141.659,24	351.204,60	344.877,87
Inversões Financeiras	382.856.233,00	382.854.582,00	115.540.038,70	30.801.613,84	30.801.613,84
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.531.540.070,00	1.531.540.070,00	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	6.135.704.850,00	6.117.740.783,00	2.036.538.247,69	692.126.892,15	494.537.200,98
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	6.135.704.850,00	6.117.740.783,00	2.036.538.247,69	692.126.892,15	494.537.200,98
TOTAL	6.135.704.850,00	6.117.740.783,00	2.036.538.247,69	692.126.892,15	494.537.200,98

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	74.659.464,73	837.670.392,09	299.097.484,85	235.412.989,84	6.595.766,25	670.321.100,73
Pessoal e Encargos Sociais	565.174,85	1.496.297,56	672.531,69	672.531,69	523.418,77	865.521,95
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	74.094.289,88	836.174.094,53	298.424.953,16	234.740.458,15	6.072.347,48	669.455.578,78
DESPESAS DE CAPITAL	202.299.632,98	509.230.491,11	121.479.166,80	112.878.285,36	11.504.471,56	587.147.367,17
Investimentos	185.418.153,40	86.924.638,69	21.587.076,69	12.986.195,25	11.036.334,83	248.320.262,01
Inversões Financeiras	16.881.479,58	422.305.852,42	99.892.090,11	99.892.090,11	468.136,73	338.827.105,16
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	276.959.097,71	1.346.900.883,20	420.576.651,65	348.291.275,20	18.100.237,81	1.257.468.467,90

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	8.676.922,42	215.107.935,44	203.918.970,49	188.572,11	19.677.315,26
Pessoal e Encargos Sociais	1.340.910,85	173.943.069,08	173.899.681,91	264,12	1.384.033,90
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	7.336.011,57	41.164.866,36	30.019.288,58	188.307,99	18.293.281,36
DESPESAS DE CAPITAL	15.359.858,43	12.571.165,56	2.731.214,29	531.070,12	24.668.739,58
Investimentos	13.853.152,39	9.280.034,56	2.731.214,29	530.700,00	19.871.272,66
Inversões Financeiras	1.506.706,04	3.291.131,00	-	370,12	4.797.466,92
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	24.036.780,85	227.679.101,00	206.650.184,78	719.642,23	44.346.054,84

5. Demonstração dos Fluxos de Caixa

	2024	2023
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	125.554.856,52	89.179.029,04
INGRESSOS	4.596.270.067,70	3.039.910.394,72
Receita Tributária	5.751.091,60	7.502.377,06
Receita de Contribuições	634.531.813,37	597.061.633,36
Receita Patrimonial	2.352.029,19	2.496.048,45
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	19.304.084,98	11.649.518,14
Remuneração das Disponibilidades	39.135.635,31	40.456.157,00
Outras Receitas Derivadas e Originárias	47.837.932,63	54.930.462,99
Transferências Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Recebidas	-	-
Outros Ingressos Operacionais	3.847.357.480,62	2.325.814.197,72
Ingressos Extraorçamentários	11.402.907,52	7.519.315,12
Restituições a Pagar	-	5.850,00
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	2.755,90	-
Transferências Financeiras Recebidas	3.827.696.188,78	2.300.351.578,92
Arrecadação de Outra Unidade	8.255.628,42	14.569.665,60
Demais Recebimentos	-	3.367.788,08
DESEMBOLSOS	-4.470.715.211,18	-2.950.731.365,68
Pessoal e Demais Despesas	-824.214.526,16	-647.014.337,93
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-8.265,69	-24.805,88
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-161.601.251,68	-38.672.014,37
Previdência Social	-174.542.443,62	-171.289.690,19
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-6.495,76	-164.762,22
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-400.000,00	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-70.526.308,54	-135.527.289,60
Organização Agrária	-382.456.883,04	-263.092.691,39
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-34.796.090,94	-38.342.243,58
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	123.213,11	99.159,30
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-86.120.207,14	-67.164.749,07
Intergovernamentais	-3.898.431,34	-3.702.615,46
A Estados e/ou Distrito Federal	-2.100.330,18	-
A Municípios	-1.798.101,16	-3.702.615,46

Intragovernamentais	-63.318.592,03	-60.062.133,61
Outras Transferências Concedidas	-18.903.183,77	-3.400.000,00
Outros Desembolsos Operacionais	-3.560.380.477,88	-2.236.552.278,68
Dispêndios Extraorçamentários	-5.678.772,14	-5.111.758,97
Pagamento de Passivos Recebidos	-600.382,57	
Transferências Financeiras Concedidas	-3.441.973.920,02	-2.231.438.896,91
Valores Compensados	-4.286,81	-1.622,80
Demais Pagamentos	-112.123.116,34	
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-105.791.902,53	28.882.703,88
INGRESSOS	33.228.812,02	50.798.321,49
Alienação de Bens	17.709.944,50	36.178.172,61
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	15.518.867,52	14.620.148,88
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-139.020.714,55	-21.915.617,61
Aquisição de Ativo Não Circulante	-6.978.568,85	-1.638.130,24
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-130.693.703,95	-19.112.610,82
Outros Desembolsos de Investimentos	-1.348.441,75	-1.164.876,55
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	19.762.953,99	118.061.732,92
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	3.546.113.097,98	3.516.836.795,06
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	3.565.876.051,97	3.634.898.527,98

6. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2023	302.801.001,74	-	7.626,91	43.920.346,78	12.760.314,16	246.784.615.054,77	-	-	247.144.104.344,36
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	15.771.763.817,78	-1.554.146.784,67	-	-	14.217.617.033,11
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	539.988.385.350,18	-3.500.740.601,52	-	-	536.487.644.748,66
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-16.022.359.773,41	-	-	-16.022.359.773,41
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-30.263.820,80	-	30.477.437,46	-	-	213.616,66
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2023	302.801.001,74	-	7.626,91	13.656.525,98	555.772.909.482,12	225.737.845.332,63	-	-	781.827.219.969,38

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2024	302.801.001,74	-	7.626,91	13.656.525,98	555.772.909.482,12	225.737.845.332,63	-	-	781.827.219.969,38
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	8.308.807,34	42.342.566,67	-	-	50.651.374,01
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	1.271.251.608,68	-	-	-	1.271.251.608,68
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	233.224.006,43	-	-	233.224.006,43
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2024	302.801.001,74	-	7.626,91	13.656.525,98	557.052.469.898,14	226.013.411.905,73	-	-	783.382.346.958,50

NOTAS EXPLICATIVAS

A seguir, apresentam-se as notas explicativas referentes aos fatos, valores e registros mais relevantes na análise das demonstrações contábeis do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar no primeiro trimestre de 2024.

Nota 01 – Caixa e Equivalentes de Caixa

A conta caixa e equivalentes de caixa compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, representando recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

Abaixo, a distribuição do valor no Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar e Órgãos vinculados:

ÓRGÃO	SALDO (R\$)
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA	3.048.673.536,27
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB	360.387.821,49
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR	102.483.080,04
FUNDO DE TERRAS	36.331.614,17
TOTAL	3.565.876.051,97

A distribuição por tipo de disponibilidade está assim composta:

CONTA CONTÁBIL	SALDO (R\$)
DEMAIS CONTAS - BANCO DO BRASIL	5.379.639,72
DEMAIS CONTAS - CAIXA ECONOMICA FEDERAL	7.950,00
TÍTULOS DA DÍVIDA AGRÁRIA	2.432.994.947,62
TÍTULOS DA DÍVIDA AGRÁRIA EM TRÂNSITO	39.924.149,03
FUNDO DE APLICAÇÃO FINANCEIRA	3.585.302,70
APLIC FINAN LIQUIDEZ IMEDIATA RECURSOS CTU	1.283.005,61
LIMITE DE SAQUE COM VINCULAÇÃO DE PGTO - OFSS	936.369.880,16
LIM DE SAQUE C/VINC.PAGTO- ORDEM PAGTO - OFSS	146.331.177,13
TOTAL	3.565.876.051,97

Do valor total registrado, 68,23% se referem a Títulos da Dívida Agrária, que compõe o ativo do INCRA, e se referem às apropriações de títulos para realização de pagamentos relacionados a política de reforma agrária.

Nota 02 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Abaixo segue a composição do Grupo Demais Créditos e Valores a Curto Prazo:

	JAN/2023	DEZ/20023
13 SALÁRIO - ADIANTAMENTO	14.832.019,82	6.033.054,85
ADIANTAMENTO DE FÉRIAS	5.762.931,48	5.506.722,95
VIAGENS - ADIANTAMENTO	506.163,17	67.667,73
SALARIOS E ORDENADOS - PAGAMENTO ANTECIPADO	11.372.500,78	11.929.568,45
ADIANTAMENTO CONCEDIDO	1.412.584,40	1.322.256,81
ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES	492.079.186,74	345.542.915,55
ADIANTAMENTOS DIVERSOS CONCEDIDOS	28.621,45	28.621,45
ADIANTAMENTO DE IRPJ E CSLL	0,00	0,00
TOTAL ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	525.994.007,84	370.430.807,79
AJUSTE PARA PERDAS - SUBGRUPO 113 (C/C 090)	(868.922,81)	(868.922,81)
TOTAL AJUSTE P/PERDA DEMAIS CRED/VALOR CURTO PRAZO	(868.922,81)	(868.922,81)
CRED A REC POR FOLHA DE PAGAMENTO	34.710,85	34.710,85
CRED A REC POR DANO AO PATRIMONIO	1.725.827,45	1.725.827,45
CRED A REC POR DEB DE TERCEIRO EM PREST SERV	133.043,81	133.043,81
CRED A REC DECOR FALTA/IRREG COMPROVACAO	4.799.559,73	4.799.559,73
TOTAL DEPOSITOS REST E VALORES VINCULADOS A RECEBER	6.693.141,84	6.693.141,84
DEPOSITOS JUDICIAIS EFETUADOS	5,45	5,45
TOTAL DEPOSITOS REST E VALORES VINCULADOS A RECEBER	5,45	5,45
ALUGUÉIS A RECEBER		0,00
VALORES A REC POR DEVOLUCAO DESP. ESTORNADAS	794.168,14	826.001,09
VALOR A REC C/GRU DE DESP VINC CONVEN ESTORNA	45.237,53	45.237,53
SAQUES POR CARTAO DE PAGTO A CLASSIFICAR	4.580,00	6.020,00
CRED A REC DECOR DE INFRAC LEG E CONTRATUAIS	27.542,11	27.542,11
CRED A REC POR REEMB SALÁRIO MATERNIDADE PG	3.275,87	2.562,53
CRED A RECEBER POR CESSAO DE PESSOAL	206.969,49	106.032,06
CRED A REC POR ALIENACAO BENS MOVEIS/IMOVEIS	28.644.523,91	28.939.557,41
CRED A REC DE ACERTO FINAN C/SERVIDOR/EX SERV	74.827.784,86	68.929.839,97
CRED A REC DECORRENTES DE FOLHA PAGAMENTO	1.014,85	1.014,85
RECURSOS DA UNIAO	72.337.787,20	98.398.006,85
CRED A REC POR CESSAO DE CREDITOS PELA UNIAO	249.839.255,07	166.186.947,08
CREDITOS PARCELADOS	3.411.657,81	3.840.062,41
CRED A REC - REGULARIZ FUNDIARIA E REF AGRARI	13.542.950,40	11.293.139,00
ADIANTAMENTO - TERMO EXECUCAO DESCENTRALIZADA	801.230.348,64	749.340.461,67
TOTAL OUTROS CREDITOS A REC E VALORES A CURTO PRAZO	1.244.917.095,88	1.127.942.424,56
ICMS A RECUPERAR / COMPENSAR	78.031.245,37	80.348.148,43

ICMS DIFERIDO	85.477.748,31	85.477.748,31
IRRF A COMPENSAR	87.921,67	83.634,86
IR E CSLL A RECUPERAR/COMPENSAR	13.293.483,82	6.624.714,94
COFINS A RECUPERAR / COMPENSAR	16.953,96	12.401,50
PIS/PASEP A RECUPERAR/COMPENSAR	3.675,88	2.686,95
IR E CSLL A RECUPERAR / COMPENSAR - INTRA		0,00
TOTAL TRIBUTOS A RECUPERAR / COMPENSAR	176.911.029,01	172.549.334,99
TOTAL	1.953.646.357,21	1.676.746.791,82

Verifica-se que aproximadamente 41% do valor total se refere a Termos de Execução Descentralizada firmados com outros órgãos da Administração Pública Federal para consecução das políticas do Ministério e seus Órgãos vinculados.

Outra rubrica expressiva neste grupo de contas são os Adiantamentos a Fornecedores. Representando 25,19%, os valores se referem a registros, feitos pela CONAB, de aquisição de produtos para posterior incorporação aos estoques quando de seu recebimento.

Foi nessas duas contas que se verificou também os maiores acréscimos no período que resultaram na variação de 16,51% observada neste grupo de contas.

Nota 03 – Empréstimos e Financiamentos Concedidos – CP

Nesse grupo de contas estão registradas duas rubricas:

- Os Empréstimos Concedidos a Receber, no total de R\$ 67 milhões, que se referem a valores a receber de Beneficiários da Reforma Agrária, registrados no INCRA;
- E os Empréstimos a Conceder pelos Agentes Financeiros – no total de R\$ 2,1 bilhões (96,88% do valor total) e se referem à capitalização do FUNDO DE TERRAS, conforme disposição do Art. 15 do Decreto nº 4892/03. São valores próprios do Fundo, oriundos de capitalização do FTRA – relativo a rendimento da aplicação financeira e reembolso, disponíveis para concessão de novos empréstimos no âmbito do Programa Nacional de Crédito Fundiário. Nesse montante foi registrada a variação positiva de 2,46% observada no grupo de contas, tendo em vista a transferência de receitas arrecadadas pelos agentes financeiros (Banco do Brasil - BB, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES), e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, no exercício.

Cabe pontuar que em relação a esse grupo de contas, há distorções nos valores registrados:

- No INCRA não está sendo contabilizado os juros contratuais por competência; e
- Não estão sendo contabilizados os juros contratuais referentes aos financiamentos com o BNDES responsável pela gestão financeira do FTRA, com a atribuição de receber os recursos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária – FTRA com destinação específica dos valores encaminhados pelo Órgão Gestor, conforme disposição no Artigo 15, Inciso I, do Decreto nº 4.892, de 25/11/2003

Em ambos os casos, já há nos órgãos tratativas junto a CCONT/STN para promover os ajustes necessários e estabelecer a rotina para esses registros.

Nota 04 – Estoques - CP

Do valor total de R\$ 382 milhões, 98% são estoques destinados à revenda ou doação, administrados pela CONAB. O valor representa 0,05% do ativo total do Órgão Superior. A variação negativa de 5,48%, observada no exercício, a movimentação de estoques reguladores públicos pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM).

A Doação de alimentos dos estoques governamentais visa promover ações de suplementação alimentar, em articulação com entidades públicas e/ou de interesse social, com atuação direta em ações de segurança alimentar e nutricional. Podem ser doados produtos originários de aquisições da Agricultura Familiar (amparado pela Resolução nº 81/2018, do Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos - GGPAA); bem como saldos remanescentes de produtos adquiridos para atendimento à Ação de Distribuição de Alimentos - ADA, vinculados ao estoque estratégico, com prazo de validade igual ou inferior a 45 (quarenta e cinco) dia.

Nota 05 – Empréstimos e Financiamentos Concedidos – LP

Nesse grupo de contas estão registradas duas rubricas:

- a) Os Empréstimos a Receber, no total de R\$ 4,9 bilhões, registrados no INCRA, referentes a valores a receber de Beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA);
- b) E os Financiamentos Concedidos a Receber – no total de R\$ 3,2 bilhões, referentes aos contratos de financiamentos firmados no âmbito do Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNCF.

Cabe pontuar que em relação a esse grupo de contas, há distorções nos valores registrados:

- a) No INCRA não está sendo contabilizado os juros contratuais por competência; e
- b) Não estão sendo contabilizados os juros contratuais referentes aos financiamentos com o BNDES responsável pela gestão financeira do FTRA, com a atribuição de receber os recursos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária – FTRA com destinação específica dos valores encaminhados pelo Órgão Gestor, conforme disposição no Artigo 15, Inciso I, do Decreto nº 4.892, de 25/11/2003

Em ambos os casos, já há nos órgãos tratativas junto a CCONT/STN para promover os ajustes necessários e estabelecer a rotina para esses registros.

Nota 06 – Demais Créditos e Valores a Longo Prazo

Do valor total de R\$ 9,13 bilhões, 83% se referem a conta “Créditos a Receber – Regularização Fundiária e Reforma Agrária” que registra os valores a receber decorrentes da emissão de títulos, pela União, em processos de regularização fundiária de terras de sua

competência, inclusive as terras objeto de desapropriação e as terras situadas no âmbito da Amazônia Legal.

Nota 07 – Bens Imóveis

Os bens imóveis representam 96,77% do ativo total do MDA, num valor total de R\$ 761.200.086.639,79 (setecentos e sessenta e um bilhões, duzentos milhões, oitenta e seis mil, seiscentos e trinta e nove reais e setenta e nove centavos), assim distribuídos entre os órgãos que compõe o Ministério:

	INCRA	CONAB	MDA
BENS DE USO ESPECIAL	758.557.097.430,97	323.817.818,09	
BENS DOMINICAIS	1.785.576.254,89		
BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO	457.518.078,40	19.477.036,89	
BENFEITORIAS EM PROPRIEDADE DE TERCEIROS	2.252.248,01	9.240.479,98	17.937.968,00
INSTALAÇÕES	14.528.545,71	178.634,50	8.023.121,00
DEMAIS BENS IMÓVEIS	4.439.023,35		
DEPREC./ACUM./AMORT. ACUMULADA - BENS IMÓVEIS	(34.165.062,35)	(227.512.506,56)	
TOTAL	760.787.246.518,98	125.201.462,90	25.961.089,00

Do total dos bens imóveis, se destacam os Bens de Uso Especial, que representam 99% do total, registrados, quase em sua totalidade no INCRA. A tabela a seguir apresenta a composição deste grupo:

BENS DE USO ESPECIAL – COMPOSIÇÃO	SALDO
FAZENDAS, PARQUES E RESERVAS	332.496.481.230,03
TERRENOS, GLEBAS	425.065.545.869,79
EDIFÍCIOS	285.194.544,83
COMPLEXOS, FÁBRICAS E USINAS	72.935.523,42
IMÓVEIS RESIDENCIAIS E COMERCIAIS	8.016.793,37
OUTROS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL	952.741.287,62
TOTAL	758.880.915.249,06

Verifica-se que 98,82% dos valores estão registrados nas contas “Fazendas, Parque e Reservas” e “Terrenos e Glebas”, do INCRA. Esses imóveis rurais encontram-se, quase que em sua totalidade, cadastrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial – SPIUnet, conforme prevê a Portaria Conjunta STN-SPU 703/2014.

Esses imóveis são valorados com base na Planilha de Preços Referenciais (PPR) elaborada pelo INCRA, como resultado do produto do Valor da Terra Nua (VTN).

Nota 08 – Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais - CP

Representando 2,99% do passivo total do órgão, esse grupo de contas tem saldo de R\$ 96 milhões, assim distribuídos pelos órgãos do MDA:

ÓRGÃO	SALDO - R\$
-------	-------------

22201	INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA	42.785.225,78
22211	COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO	48.556.389,70
49000	MINISTERIO DESENV.AGRARIO E AGRIC FAMILIAR	5.556.527,02
TOTAL		96.898.142,50

Estão contabilizados nesse grupo os fornecedores de bens e serviços contratados pelos órgãos do MDA.

Nota 09 – Provisões para Riscos Trabalhistas - CP

Nessa rubrica estão registradas as provisões para indenizações trabalhistas registradas pela CONAB com vencimento estimado para até o fim do exercício financeiro seguinte. Os valores são apurados pela área jurídica da companhia e constam de planilha de passivos contingentes elaboradas trimestralmente. O total registrado ao fim do exercício era de R\$ 97 milhões, representando 3,02% do passivo exigível do órgão Superior.

Nota 10 – Valores Restituíveis - CP

Esse grupo de contas, que no fim do exercício correspondia a 3,32% do passivo exigível, compreende valores de terceiros ou retenções em nome deles, exigíveis no curto prazo, como, por exemplo, os relativos a consignações, retenções fiscais e previdenciárias, empréstimos e financiamentos descontados em folha.

Nota 11 – Outras Obrigações a Curto Prazo

Do valor total de R\$ 1,5 bilhão, 75,18% estão registrados na CONAB, e se referem ao registro do diferimento da receita da política de estoques públicos. Outros 19% se referem a Termos de Execução Descentralizada a Comprovar, firmados por INCRA, CONAB e MDA.

Nota 12 – Provisões para Riscos Cíveis - LP

Nessa rubrica estão registradas as provisões para pagamentos indenizações cíveis em processos cuja CONAB figura em polo passivo, com vencimento estimado para após o fim do exercício financeiro seguinte. Os valores são apurados pela área jurídica da companhia e constam de planilha de passivos contingentes elaboradas trimestralmente. O total registrado ao fim do exercício era de R\$ 36 milhões, representando 1,13% do passivo exigível do órgão Superior.

Nota 13 – Outras Obrigações a Longo Prazo

O valor total de R\$ 941 milhões, que correspondem a 29,09% do passivo exigível do Órgão Superior, está registrado na CONAB e decorre da diferença entre a atualização do contrato de saldamento e as parcelas pagas, firmado entre a Empresa e o Instituto Conab de Seguridade Social (CIBRIUS). O contrato foi firmado para saldar o plano de previdência

complementar da CONAB, cujos repasses serão disponibilizados pelo Tesouro Nacional em 228 parcelas, conforme contrato aprovado pelos órgãos superiores. Em março/2024 foi paga a parcela 51/228 do acordo.

II – Demonstração das Variações Patrimoniais

Nota 14 – Ganhos com Alienação

O valor de 21,7 milhões registrados nesse grupo de contas, que representou uma expressiva variação em relação ao mesmo período no exercício anterior, são relativos a alienação de imóveis no INCRA e na CONAB.

Na CONAB, o valor de R\$ 5.400.000,00 (cinco milhões e quatrocentos mil reais) são relativos à venda de um imóvel no estado do Paraná.

O restante do valor, cerca de R\$ 16 milhões, são relativos aos registros de arrecadação via GRU, de valores de alienação de imóveis rurais da reforma agrária, pelo INCRA.

Nota 15 – Transferências Intragovernamentais (VPA)

As transferências intragovernamentais representam 71,66% das Variações Patrimoniais Aumentativas no exercício, se referem às transferências relativas à execução orçamentária, e de bens e valores, para execução das atividades e políticas do Ministério e dos Órgãos Vinculados.

Nota 16 – Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico

Representado 11,32% das VPAs do Órgão, num montante de R\$ 622 milhões, o valor se refere à arrecadação da CIDE pela Receita Federal, repassada ao INCRA, decendialmente.

Nota 17 – Outras Transferências e Delegações Recebidas

Do valor total registrado nesse grupo de VPAs, R\$ 84 milhões (60,3%) se referem ao recebimento de transferência de bens imóveis de uso especial pela Superintendência do INCRA no estado do Mato Grosso do Sul, da Superintendência do Patrimônio da União do mesmo estado federativo, no mês de janeiro.

EMERSON COSTA NOGUEIRA SOUSA
Contador Responsável
Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar